

Ainda se recuperando da gripe, John teve muito tempo para pensar sobre a economia da vida na prisão enquanto dormia ou lia durante o tempo de pátio em 7 de junho. A única vez que ele saiu da cama foi quando Lebuy o obrigou a ir à enfermaria, onde recebeu paracetamol e mais alguns comprimidos, e quando queria preparar alguma comida ou pegar algo no congelador. John foi tratado de forma excepcional naquele dia, pois todos os outros do 118B foram expulsos de suas celas por Lebuy e mandados para o pátio. No entanto, ele sabia que ainda estava entre os cativos. Durante o dia, John viu apenas Miami 1, que trouxe uma banana para ele, e teve algumas breves invasões do vagabundo César 1, que informou John que ele também não havia sido vacinado contra a Covid-19, e de Juan 1, que havia acabado de voltar de uma audiência que estendeu o período de investigação do seu caso por sessenta dias. Poucos minutos antes do fechamento das celas, Jimmy 1 e outros estavam correndo para esconder seus celulares porque ouviram e acreditaram em um boato aberrante—disseminado por Miami 1 (segundo Kens 1)—sobre uma iminente batida nas celas. Apenas uma pequena porcentagem do que se ouve na prisão pode ser considerada precisa. Assim como o livro que estava lendo, que o levou a duvidar da história oficial que aprendera sobre o envolvimento americano na Primeira Guerra Mundial, a experiência de John na prisão o levou a questionar ainda mais muitas das doutrinas econômicas recebidas que havia aprendido, especialmente sobre os chamados bens públicos e o problema do free rider.

John acreditava há muito tempo que os únicos bens públicos legítimos possíveis eram a defesa nacional e a justiça criminal, teorias que ele ressaltou em seu livro-texto de economia de livre mercado publicado em 2009: *A Primer on Modern Themes in Free Market Economics and Policy* (Políticas Públicas: Tópicos Modernos de Economia de Mercado para o Bem-Estar Social, em espanhol). No entanto, agora ele duvidava que existisse algum bem público real. O desastre da Covid-19 não apoiou nem um pouco as estratégias de saúde pública contra contágios. Supostamente era um bem público que o Estado poderia fornecer melhor do que os mercados. Além disso, as provisões estatais para propriedade intelectual causavam ao menos tantos problemas quanto resolviam. John também se opunha fortemente a economistas de esquerda e keynesianos como Sachs, que veem bens públicos em toda parte e, portanto, um papel significativo e crescente para a intervenção do governo na economia. De fato, para John, os mercados podem ser imperfeitos e podem “falhar” em atender ao chamado “interesse público”, mas a provisão estatal falha ainda mais, e o crescente corpo de estudos empíricos sugere que seria generoso demais descrever isso como “imperfeito”; provisão perversa seria um termo melhor. Em vez de ser fonte de bondade social, remédios ou justiça, o Estado é a principal fonte de desigualdade (ou seja, privilégios para poucos), injustiça, guerra, pobreza, insegurança e reduções líquidas na qualidade de vida. A prisão confirmou a opinião de John. O Estado falha em fornecer bons serviços de justiça criminal, e John já não tinha motivos para crer que o Estado forneceria defesa nacional melhor do que agências privadas de defesa “imperfeitas” ou seguradoras oferecendo tais apólices em lugar da provisão estatal.

As pessoas na prisão vinham de vários passos da vida, sendo a grande maioria de classes baixas, assim como se vê na sociedade em geral. Alguns poucos tinham dinheiro significativo para gastar, principalmente oriundo de economias acumuladas de roubos anteriores ou tráfico de drogas. Outros faziam dinheiro na prisão vendendo drogas ou aplicando golpes com suas páginas do Facebook ou outros aplicativos de celular. Muito poucos estavam na situação de John, cuja considerável rede de apoiadores lhe dava renda suficiente para ele e sua esposa sobreviverem e seguirem lutando.

Em certo sentido, havia uma classe alta na prisão formada por pouquíssimos, seguida de uma classe privilegiada que trabalha para a nobreza máxima como choros e cachorros, uma pequena classe média feita de pessoas como John e aposentados como Rubén 1 e Leonardo 1, e uma massa de homens relativamente pobres, alguns absolutamente, outros com algumas economias ou apoio familiar mínimo. Além disso, intelectuais, acadêmicos, professores e outros profissionais eram muito raros, enquanto a maioria dos machucados era de trabalhadores qualificados ou (na maioria) não qualificados. Dessa forma, a penitenciária de Valparaíso era um microcosmo da estrutura socioeconômica externa—exceto que a classe média chilena, amplamente concebida como aqueles com poder aquisitivo após suprir necessidades básicas, era maior fora.

Como a classe média alta na sociedade chilena em geral, John procurava tornar sua vida na prisão o mais confortável e segura possível. Para isso, estava disposto a investir recursos escassos para alcançar o melhor nível de conforto possível no inferno terreno dado seu orçamento. Embora outros ocasionalmente beneficiassem John com coisas que haviam adquirido ou comida trazida, esses casos eram relativamente raros e, em alguns, como com Manuel 3, John comprava toda a infraestrutura dos colegas de cela que utilizava.

Assim, no fim das contas, não importava quem se beneficiava ou provia as coisas que melhoravam a vida. Não fazia diferença para John que outros presos se beneficiassem de graça, ou que ele gerasse

externalidades positivas como infraestrutura, comida, aconselhamento ou pregação que fornecia. Ele nem cogitava pedir que os caronas ajudassem a pagar por um vaso sanitário de verdade, assento de vaso, papel higiênico, papel toalha, detergente, prateleiras, tomadas e iluminação na cela, água sanitária e desinfetante, inseticida, forno elétrico, talheres, pratos, copos, tigelas, plásticos, cadeiras, uma chaleira elétrica, um aquecedor, cortinas e a melhor comida que frequentemente preparava. John e Pamela compraram todas essas coisas (e mais) apesar de saberem que outros que viviam com John as usariam e se beneficiariam sem pagar. As pessoas tiravam proveito de seus gastos diariamente na prisão e John simplesmente não se importava. Pedir que criminosos caronas pagassem poderia colocá-lo em risco, enquanto permitir-lhes “viajar de graça” pelo menos lhe dava boa vontade, além de criar um incentivo para outros mantê-lo vivo e bem. Seus gastos também geravam perdas, já que machucados pobres como Rufo lhe roubavam coisas. Mesmo assim, John simplesmente substituiu o que perdia para manter seu padrão de vida, fazendo o possível para evitar furtos futuros.

Em outras palavras, o chamado “problema do carona” não existia na prisão. Como muitos outros prisioneiros, John comprava coisas embora gerasse externalidades positivas a outros, que se beneficiavam de sua relativa “generosidade” sem ser essa sua intenção. Por extrapolação, John concluiu que não existe bem público puro que só possa ser provido por estados através de seu poder coercitivo. A sociedade proverá bens e serviços universais caros independente de a maioria viajar de graça, pois ou não querem ou não podem pagar por tais serviços. Assim, tanto as teorias do carona quanto dos bens públicos são truques para justificar a intromissão do estado maligno na vida das pessoas, tentando forçar-lhes a pagar por coisas que não querem para beneficiar poucos ricos que não querem pagar a conta, além de recompensar grupos de interesse ou setores específicos com contratos

Ao ouvir esse argumento, Bob comentou inteligentemente: “O problema é que tolerar caronas gera mais caronas. Logo, quase todos estão no vagão e ninguém puxando.” John respondeu, “Boa observação, mas na prisão não funciona assim. Talvez os caronas sintam certa vergonha? Ou talvez os primeiros beneficiários de tal benesse saibam que há um limite para quanto um pagador pode suportar, e tentem proteger seu benfeitor de demasiada exploração?” Pode haver outras explicações, mas no fim das contas, as forças de mercado—including pressão social e restrições orçamentárias—mantêm o equilíbrio instável sob constante cheque, de modo que o número ótimo de caronas é atingido e mantido. Na análise final, pagamentos em excesso ou presentes a outros reos (caronas) e propinas sensatas a “policiais” corruptos são regulados pela oferta e demanda, otimizadas onde a curva de custo marginal cruza a de receita marginal.

Todo o sistema de proteção é parecido com uma transação de seguro, onde os prêmios variam conforme o risco pessoal e situacional de cada pagador (segurado), determinado em parte pelas escolhas de estilo de vida do preso e o grau diário de perigo (vivência de cela). Assim, os serviços de seguro na prisão lembram os de fora, onde um morador de Manhattan ou um executivo de Wall Street, bem como altos funcionários e políticos em Washington, possuem um perfil de risco e necessidade de seguro muito maiores do que quem mora em áreas remotas do leste do Oregon ou norte do Novo México. Os prêmios são definidos pelo mercado e os urbanos são segurados com apólices—em Nova York, Washington, Atlanta, Cleveland, Dallas, Los Angeles, San Diego, Chicago, Seattle, São Francisco, Miami e ainda outras grandes cidades dos EUA (e do mundo)—independentemente de pessoas em áreas menos arriscadas “pegarem carona” ou não. Da mesma forma, a maior parte da população chilena se concentra em poucas cidades, com as áreas metropolitanas de Santiago, Valparaíso/Viña del Mar e Rancagua contendo metade da população. Inevitavelmente haverá mais pessoas vivendo em ambientes urbanos de risco do que em cidades pequenas, fazendas ou no campo, o que por si só tende a minimizar o efeito dos caronas no mercado de seguros contra agressão, violência, invasão e crime.

Habitantes urbanos mais inseguros acalmam sua inquietação comprando seguro, e os caronas podem ser limitados pela vergonha ou pressão social, além de um incentivo para não permitir que muitos parasitas abusem do hospedeiro que os sustenta. Na prisão, o carona é, de certa forma, controlado por quem paga, já que pode exigir trabalho eventual e serviços de proteção dos caronas—muito mais do que um pagador consegue fora. Além disso, tanto na cela quanto no mundo exterior, quem tem mais propriedade privada para se proteger da agressão tem mais a perder e tende a comprar apólices maiores. John não ia viver mal ou sofrer só porque não queria que outros pegassem carona. Na prática, o carona era apenas um custo extra sobre o prêmio normal que pagava para viver um pouco melhor naquele inferno terreno.

Além desse custo adicional, os caronas, portanto, eram irrelevantes ao comprar o “seguro” prisional que aumentava a segurança ou a qualidade de vida de John. Similarmente, os ricos tendem a viver em áreas nobres ou subúrbios, embora alguns dos mais ricos morem em áreas rurais. Portanto, enquanto a maioria dos ricos paga mais, também vive melhor e desenvolve uma classe social superior que não inclui caronas. Em outras palavras, eles ganham vantagens não-pecuniárias como pagadores premium, vistas no

status social mais alto e, na prisão, especialmente no recebimento de serviços manuais e qualificados. Outra vez, vale o princípio de “não existe almoço grátis” na medida em que os pagadores colhem retornos indiretos ou acessórios por serem segurados.

Concluindo, os ricos comprarão serviços de defesa contra agressão interna e externa, independentemente de os caronas se beneficiarem de externalidades positivas por serem protegidos sem pagar. Em suma, os casos de carona na prisão não podem ser usados para justificar a necessidade do estado em prover bens públicos, especialmente justiça criminal e defesa. De fato, na prisão, mercados fornecem defesa sem resolver o chamado problema do carona.